

Relato do Comitê Técnico

54ª Reunião Ordinária do ConCidades
31 de julho de 2024 2024

1. Apresentação

Na reunião ocorrida no dia 31 de julho de 2024 das 9h45 às 12h40 em Brasília-DF, o Comitê Técnico de Periferias foi composto por 25 participantes, sendo 23 participações presenciais e 02 virtuais:

Qtde.	Segmento	Entidades
03	Poder Público Federal	IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ABC – Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC) CEF - Caixa Econômica Federal
01	Poder Público Estadual	Governo do Estado do Pará
-	Poder Público Municipal	
11	Movimentos Populares	CONAM - Confederação Nacional de Associações de Moradores CUT – Central Única dos Trabalhadores MNLN - Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos) UNMP – União Nacional por Moradia Popular MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto CMP – Central De Movimento Populares FNU - Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas
-	Entidades Empresariais	
02	Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa	AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil
01	Organizações Não Governamentais	Liderança Comunitário da Bacia da Mata
07	Apoio técnico	Ministério das Cidades

A reunião ocorreu de forma híbrida, com reunião presencial em Brasília/DF e por videoconferência pelo aplicativo MS Teams, sendo por meio deste realizada a gravação, que ficará disponível posteriormente.

2. Discussões e Recomendações

2.1 Tópicos de pauta e pontos abordados:

- Continuidade da apresentação das ações da SNP: regularização fundiária (fechando as apresentações anteriores sobre Periferia Viva e Periferia Sem Risco)
- Mudança da organização da agenda da reunião presencial: primeiro dia (31/07) será a reunião do CT periferias
- Informes: G20 social em novembro no RJ
- Panorama do orçamento e seleção municipal para definir os desafios e plano de trabalho do CT no segundo semestre (desenhar plano de trabalho)
- Discussão aprofundada sobre posse, propriedade e conflitos fundiários
- Apoio dos conselheiros para ações descentralizadas na SNP
- Divulgação do prêmio Periferia Viva (apoiar instituições com a premiação e levantar dados para compor o mapa das periferias)

- **Pontos de destaque do debate**

A Reunião começou com um informe do chefe de gabinete da SNP, Vitor Araripe, sobre a 2ª Edição do Prêmio Periferia Viva. Seguindo com a apresentação da política de Regularização Fundiária liderada pelo Coordenador-Geral de Regularização Fundiária, Samuel Cardoso.

Esse ponto de pauta começou com uma apresentação geral da Diretora do Departamento de Urbanização e Qualificação para Territórios Periféricos, Julia Lins Bittencourt, com um histórico de como essa política transitou no governo desde a criação do MCID em 2003 até a atual configuração, como parte das atribuições da SNP.

Nesse histórico, Julia destacou que o atual governo vem promovendo uma valorização da política de regularização fundiária, cujo último aporte de recursos tinha sido em 2013. Ela mencionou que houve um crescimento significativo dos aportes financeiros nessa política no atual governo com o Novo PAC.

Julia abordou ainda a questão da regulação dessas políticas, que estão simplificadas desde a lei 3465, e que a SNP tem buscado atuar dentro desse novo quadro legal de modo a proteger as famílias beneficiadas. Ela trouxe a informação das parceiras que a SNP fez com IBGE e Correios para uma política de endereçamento popular que dê suporte a uma política de regulação fundiária popular e que tenha continuidade nos próximos anos.

Em seguida, o coordenador geral Samuel Cardoso apresentou a seleção do Novo PAC – Periferia Viva – Regularização Fundiária. Na apresentação, foram destacados os itens

financiáveis e em seguida, as etapas da política de Regularização. O momento seguinte foi a apresentação do processo seletivo do Novo PAC propriamente dito. Samuel informou que o universo de municípios aptos a concorrer chegou a 887, o que implica em uma ampliação significativa. A SNP recebeu 3 bilhões em projetos vindos das cidades, mas o orçamento estava restrito a 300 milhões, o que exigiu da equipe SNP um esforço enorme. Nessa triagem, a SNP privilegiou áreas de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), embora isso não fosse um critério eliminatório. Projetos com Planos de Habitação de Interesse Social e Planos de Regularização Fundiária também pontuaram mais, além dos municípios com maior número de favelas e comunidades. A existência de áreas públicas já identificadas também aumentavam a pontuação do projeto.

Foram aprovadas 259 propostas de 199 proponentes para os 313 milhões de reais.

O Secretário Guilherme Simões chegou na reunião vindo do evento do G-20 no Rio de Janeiro e começou sua participação com uma fala geral, reafirmando o diagnóstico da SNP de que as políticas públicas do ministério das cidades são pouco abertas para os movimentos sociais e por isso o Conselho das Cidades é tão importante.

Além disso, ele disse que a SNP vem se debruçando para criar formas e modalidades que viabilizem a participação dos movimentos sociais nas políticas públicas da secretaria, isso sem romper com os critérios técnicos e republicanos que pautam a gestão pública e a ação do governo Lula.

No caso específico da regularização fundiária, Simões destacou que o programa Regularização Fundiária e Melhorias Habitacionais (RegMel) vai contemplar um caminho para participação dos movimentos sociais. Isso deve ocorrer na próxima seleção do RegMel, ainda em 2024, uma vez que a atual seleção foi feita no governo anterior. E ele reforçou que essa inovação foi pensada em diálogo com as entidades e movimentos que participam do CT Periferias e que vem demandando essa dimensão de participação social desde a retomada do Conselho das Cidades.

O Secretário modelo para isso é o Minha Casa Minha Vida – Entidades, que já viabiliza a participação dos movimentos sociais. O secretário Simões enfatizou muito a dimensão coletiva que o MCMV – Entidades tem e que isso valoriza quem faz trabalho coletivo no território e como isso é um ganho para os projetos e que não pode ser perdido em uma lógica de participação individual. Essa proposta já está em análise no departamento jurídico do Ministério das Cidades e o secretário virtual do CT para a apresentação da proposta completa.

Por fim, Simões explicou a parceria da SNP com os Correios para o cepeamento em favelas. Para isso funcionar, será em parte esforço da SNP, mas também pode ser potencializado pela ação dos movimentos sociais que estão no território e conhecem os problemas da falta de CEP e endereço.

Ele sugeriu que essa parceria seja pauta da próxima reunião do CT, junto com o Mapa das Periferias.

Ele fez ainda a sugestão de uma reunião do Conselho das Cidades com a Caixa para fazer incidência a favor da participação na política de regularização fundiária.

O momento seguinte foi de apresentação do programa Regularização e Melhorias – Periferia Viva pela Coordenadora-Geral de Gestão, Rhaiana Bandeira. Ela começou apresentando os dados de inadequação imobiliária (que são subestimados) e de carência edilícia, que baliza a estruturação da política pública. Outro dado importante é o de domicílios em favelas ou comunidades urbanas, feito pelo IBGE, e que tem como elemento fundamental a insegurança fundiária. A maior parte das pessoas afetadas são as famílias de baixa renda, as mesmas que são alcançadas pelo Faixa 1 do MCMV.

Na sequência, ela apresentou o desenho original do programa, que começou em 2020 vinculado ao Casa Verde Amarela com um valor de 500 milhões de reais. A seleção foi feita em março de 2022. A partir de agosto de 2023, o Programa está vinculado diretamente ao FDS, sem relação com o MCMV.

No debate, algumas questões foram levantadas pelas conselheiras e conselheiros.

A principal questão que já vinha sendo levantada nas últimas reuniões foi a necessidade e urgência de criar uma modalidade que permita aos movimentos atuar na regularização fundiária. O companheiro Carlitos destacou que no Maranhão isso já é possível.

O Comitê Técnico debateu a necessidade de que essa modalidade de regularização fundiária com participação permite o fortalecimento dos territórios em detrimento da especulação imobiliária. A reunião pautou ainda que política de regularização fundiária tenha a preocupação de não legitimar a especulação imobiliária, o que prejudicaria os movimentos e as famílias que necessitam da regularização fundiária e das melhorias habitacionais.

Outra dimensão sobre as ZEIS, que embora sejam uma conquista, vem sendo desrespeitadas por alguns governos locais.

Uma questão bastante debatida foi o chamado Kit da melhoria habitacional. A SNP explicou que o Kit será variável e customizado a depender da demanda da moradia. A família tem que concordar. Hoje o valor é de 22 mil e a SNP quer aumentar para 35 mil. A conselheira Clarice pautou que a SNP crie mecanismos de empoderamento das famílias nesse processo.

Houve ainda uma pergunta sobre o programa de regularização da SPU. A SNP explicou que está integrada com a SPU, embora nesse caso, tecnicamente, não seja uma política de regularização fundiária, uma vez que SPU fará a doação.

O Movimento MNLB registrou desacordo com a nova metodologia da reunião ordinária do CONCIDADES, por ter quebrado a sistemática tradicional do Conselho, que começava pelo acolhimento dos participantes e seguia para o debate de conjuntura. Ademais, ela destacou que essa mudança foi aprovada na Executiva do Conselho e não no plenário, o que não é o método correto.

O Conselheiro Donizeti afirmou que o segmento dos trabalhadores concorda com a crítica do método, de que o plenário que deveria ter aprovado, mas entende que a metodologia anterior não estava funcionando.

O conselheiro André concordou com a crítica do Movimento e informou que o CT de Saneamento foi cancelado em parte por conta dessa mudança de metodologia.

3. Encaminhamentos

- Será marcado, um seminário virtual entre a SNP e os seguimentos deste CT, para maiores tratativas e debates relacionados ao Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional.

Relator: Josué Medeiros

4. Anexos

Anexo I – Lista de presença

<u>NOME</u>	<u>Instituição</u>	<u>Telefone</u>
APARECIDO DONIZETI	<u>Sejuranho</u>	11 - 985585698
BERNANDA PINHEIRO SILVA	CUT/ Frebalkardoes	11 98427-3370
RELATINE MACEDO SILVA	AGIB	81 99546 5060 - COLOCAR NO GRUPO
BRUNO AARÃO ETEIMA	CWP-	(91) 98535 1559. #
CLARICE MISOCZAY DE OLIVEIRA	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	(11) 9849 20022
RUDRIGO RAFAEL	IAB	(61) 93533 9553
	MTST	
LURDINAA LOPES	MNLM	(71) 981490440
Cluete Coutinho	MNLM	
Jussara Barbosa	UNMP	(79) 9.88482214
Paulo A. P. do Sato	UNMP	(91) 98118-5484
Pedro DAMASIO Pasm Nero	FNU	(84) 99982-4655
LUIZ CARLOS REIS (Carlinhos REIS)	CWP	9898555-7095
JOAO PEREIRA D. JR	CONAM	11 99622 3828
Patrícia Corralh	CRXA	61.98224-1053
André Torrens	MTD	